

Autor: Fiorotti

O que ocorre na Igreja Universal em Angola?



O que ocorre na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Angola? Trata-se apenas de um “problema interno” da igreja? Ainda é cedo para apresentar uma resposta mais definitiva. A tentativa aqui é lançar algumas hipóteses a partir dos fatos e das narrativas que chegam ao nosso conhecimento.

Antes de abordar os fatos que ocorrem na IURD em Angola, é preciso deixar claro que não trata-se de uma igreja menor entre todas as outras da IURD. Muito pelo contrário, estima-se que a IURD tenha 500 mil membros em Angola. São aproximadamente 325 templos abertos em todas as províncias angolanas com a atuação de 500 pastores e bispos. Somente na capital Luanda a igreja possui seis grandes catedrais e uma nova catedral segue em construção. Angola representa uma grande fonte de arrecadação para a IURD, há quem diga que a arrecadação de cada catedral angolana chega a 250 mil dólares por semana.

É possível identificar pelo menos três perspectivas distintas sobre o que ocorre na IURD em Angola. Primeiramente a posição dos bispos e pastores angolanos que propõem a reforma da igreja. A posição da direção brasileira da igreja, de parlamentares evangélicos brasileiros e de membros do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. E, por fim, a posição do governo angolano do presidente João Manuel Lourenço.

Os bispos e pastores angolanos alegam que foram frustradas todas as tentativas de negociação com a direção brasileira da IURD. Eles fazem menção a um manifesto, escrito na data de 28 de novembro de 2019, que foi entregue à cúpula da igreja. Através do manifesto faziam algumas reivindicações no sentido da melhoria das suas moradias, da permissão para se casarem e terem filhos, do fim da imposição de

vasectomias e abortos, da permissão para eles e suas esposas estudarem, do fim da obrigação do cumprimento de metas de arrecadação, e do fim do tratamento desigual que é dispensado pela igreja a pastores angolanos e brasileiros, entre outras.

As reivindicações dos bispos e pastores angolanos supostamente nunca foram atendidas, levando-os ao rompimento com a direção brasileira da igreja. O ponto de inflexão se deu, no dia 22 de junho de 2020, após indícios de que a direção brasileira estaria vendendo grande parte do patrimônio da IURD em Angola sem o consentimento dos membros angolanos. Realizou-se uma assembleia geral extraordinária, no dia 24 de junho, na Catedral do Morro Bento, em Luanda, em que foi eleita uma comissão da reforma sob a liderança do bispo angolano Valente Bezerra Luís –que já ocupou o cargo de vice-presidente da igreja– e com o apoio de aproximadamente 80% dos bispos, pastores e membros angolanos. Na ocasião desta assembleia, os bispos e pastores angolanos comunicaram a ruptura e a passagem do controle da igreja e dos templos para a comissão da reforma, e apresentaram uma série de denúncias contra a direção brasileira.

Conforme as denúncias dos bispos e pastores angolanos, a direção brasileira não tem sido séria, supostamente mantém diversas práticas reprováveis que incluem: a prática do racismo contra os angolanos, o abuso de poder, a evasão de divisas, a lavagem de dinheiro, a corrupção ativa e passiva, o repasse de dinheiro da igreja para empresas ligadas à direção brasileira através de contratos superfaturados, a prática da violação das normas estatutárias e nomeação de angolanos na diretoria da igreja –no conselho de direção– que, por sua vez, são obrigados a fornecer procurações de plenos poderes aos brasileiros, entre outras. Eles alegam que o bispo brasileiro Honorilton Gonçalves da Costa, líder da IURD em Angola, teria dito em tom acentuadamente racista: “Prefiro morrer do que entregar a Igreja Universal em Angola aos negros”.

A direção brasileira da IURD tem declarado que essa assembleia geral extraordinária foi convocada de forma ilícita e fraudulenta por supostos dissidentes expulsos anteriormente da instituição, seriam ex-bispos e ex-pastores. Ela não reconhece a legalidade das deliberações aprovadas ali, no dia 24 de junho de 2020, e segue defendendo a vigência do mandato da diretoria da IURD em Angola eleita na assembleia geral realizada anteriormente, no dia 05 de dezembro de 2019. Todos os seus meios de comunicação são utilizados para desqualificar a comissão da reforma: suas emissoras de televisão e de rádio próprias ou alugadas em Angola, no Brasil e em outros países, assim como suas redes sociais, têm vinculado diversas reportagens desfavoráveis aos bispos e pastores angolanos. A direção brasileira tem acusado estes supostos dissidentes de xenofobia e de violência contra brasileiros, de imoralidade e de corrupção.

Parlamentares evangélicos brasileiros e membros do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro são mobilizados no sentido de defender a direção brasileira da IURD diante dos “ataques” dos supostos dissidentes. O próprio presidente Bolsonaro se envolveu diretamente na disputa da IURD em Angola, porque o bispo Edir Macedo Bezerra continua sendo um de seus principais aliados, e enviou uma carta ao presidente angolano João Manuel Lourenço. Nesta carta Bolsonaro pede ao presidente angolano para não tratar o caso como algo relacionado às “disputas internas” da igreja, mas sim como algo que atinge todos os cidadãos brasileiros que residem em Angola.

O governo angolano do presidente João Manuel Lourenço mostra-se mais afastado da IURD do que o seu antecessor. Mesmo pertencendo ao partido do ex-presidente José Eduardo dos Santos, o MPLA, o atual presidente não quer sua imagem vinculada aos escândalos de corrupção que envolvem principalmente o ex-presidente, sua filha Isabel dos Santos e aliados. Alguma intervenção mais direta do atual governo no sentido de apoiar a direção brasileira da IURD provavelmente representará uma aproximação da imagem de João Manuel Lourenço à corrupção do governo anterior. Talvez isto explique o fato do atual governo tratar o caso efetivamente como um “problema interno” da igreja e com um afastamento, colocar sua Televisão Pública de Angola (TPA) para produzir reportagens relativamente imparciais e deixar o Ministério Público angolano atuando de forma mais independente.

As perspectivas apresentadas aqui indicam que a direção brasileira da IURD não se preocupou muito em atualizar seu modo de operação em Angola, assim como suas relações internas e externas, a despeito das mudanças nas expectativas dos bispos e pastores angolanos, nas expectativas do atual governo angolano e nas expectativas da própria sociedade angolana de um modo geral. Talvez a relação estreita com o governo anterior e o grande “sucesso” de arrecadação tenham ajudado a direção brasileira esquecer que os cidadãos angolanos esperam mais da IURD.

* * * *

Referências:

- Félix, A.; Nascimento, G. Caso IURD: *“Dissidentes não são informantes da polícia”*. In: Jornal de Angola, Luanda, 28/7/2020.
- Filipe, D. *Governo [angolano] diz que crise na IURD é problema interno e nada tem a ver com questões políticas*. In: Novo Jornal, Luanda, 27/7/2020.
- Fiorotti, S. *Questões que os líderes evangélicos no Brasil precisam responder*. In: A Pátria, Funchal, 21/7/2020.
- Gonçalves, E. *Bolsonaro se envolve em disputa da Igreja Universal em Angola*. In: Veja, São Paulo, 13/7/2020.
- Issufo, N. *Domingos da Cruz sobre o governo de João Lourenço: “Não espero nada de bom”*. In: DW África, Luanda, 04/8/2020.
- Nascimento, G. *Governo de Angola oficializa afastamento de brasileiros da Igreja Universal no país*. In: BBC News Brasil, São Paulo, 01/8/2020.

Data de Publicação: 28-08-2020